

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	19
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	20
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	21
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	22
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	24
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	25
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	26
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	62.350.262
Preferenciais	0
Total	62.350.262
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
1	Ativo Total	222.215	22.310	22.509
1.01	Ativo Circulante	221.919	22.031	22.253
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	221.919	22.031	22.253
1.02	Ativo Não Circulante	296	279	256
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	296	279	256
1.02.01.06	Tributos Diferidos	153	145	135
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	153	145	135
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	143	134	121
1.02.01.09.03	Depósito Judicial	143	134	121

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2017	Penúltimo Exercício 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 31/12/2015
2	Passivo Total	222.215	22.310	22.509
2.02	Passivo Não Circulante	449	426	398
2.02.04	Provisões	449	426	398
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	449	426	398
2.03	Patrimônio Líquido	221.766	21.884	22.111
2.03.01	Capital Social Realizado	210.200	10.200	10.200
2.03.04	Reservas de Lucros	11.684	11.684	12.339
2.03.04.01	Reserva Legal	2.040	2.040	2.040
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	9.644	9.644	10.299
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-118	0	-428

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-135	-249	-3.981
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-112	-221	-248
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	0	-3.705
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-23	-28	-28
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-135	-249	-3.981
3.06	Resultado Financeiro	9	12	3.544
3.06.01	Receitas Financeiras	9	12	3.544
3.06.01.01	Receitas Financeiras	9	12	3.716
3.06.01.20	Tributos sobre receitas financeiras	0	0	-172
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-126	-237	-437
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	8	10	9
3.08.02	Diferido	8	10	9
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-118	-227	-428
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-118	-227	-428
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,01735	-0,033	-0,0629

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-118	-227	-428
4.03	Resultado Abrangente do Período	-118	-227	-428

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-112	-222	-420
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-103	-209	-409
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9	-13	-11
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	200.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	199.888	-222	-420
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	22.031	22.253	22.673
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	221.919	22.031	22.253

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.200	0	11.684	0	0	21.884
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.200	0	11.684	0	0	21.884
5.04	Transações de Capital com os Sócios	200.000	0	0	0	0	200.000
5.04.01	Aumentos de Capital	200.000	0	0	0	0	200.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-118	-118	0	-118
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-118	-118	0	-118
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	118	0	0
5.06.04	Absorção do prejuízo	0	0	0	118	0	0
5.07	Saldos Finais	210.200	0	11.566	0	0	221.766

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.200	0	11.911	0	0	22.111
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.200	0	11.911	0	0	22.111
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-227	0	-227
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-227	0	-227
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-227	227	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízos	0	0	-227	227	0	0
5.07	Saldos Finais	10.200	0	11.684	0	0	21.884

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.200	0	12.339	0	0	22.539
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.200	0	12.339	0	0	22.539
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	310.127	0	0	0	0	310.127
5.04.20	Cancelamento de Ações	-310.127	0	0	0	0	-310.127
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-428	0	-428
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-428	0	-428
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-428	428	0	0
5.06.04	Absorção de Prejuízos	0	0	-428	428	0	0
5.07	Saldos Finais	10.200	0	11.911	0	0	22.111

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Penúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Antepenúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9	12	3.716
7.06.02	Receitas Financeiras	9	12	3.716
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	9	12	3.716
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	9	12	3.716
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	104	211	172
7.08.02.01	Federais	104	211	172
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	0	0	3.944
7.08.03.03	Outras	0	0	3.944
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-118	-227	-428
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-118	-227	-428
7.08.05	Outros	23	28	28

Relatório da Administração/Comentário do DesempenhoRELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos para apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Contábeis, da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. – CADIP, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2017, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

O cenário econômico mundial apresentou crescimento da ordem de 3,5% em 2017. O mesmo ocorreu com as maiores economias, como Estados Unidos, Reino Unido e China. O processo de recuperação da economia global refletiu-se no Brasil, embora em escala mais modesta.

Assim, o PIB brasileiro registrou crescimento de 0,99% em 2017, contra uma retração de 3,49% em 2016, sinalizando um processo de recuperação da atividade econômica.

Os projetos das reformas trabalhista, da previdência e a tributária ensejaram intensos debates na área política, com reflexos negativos no plano econômico do país.

A taxa básica de juros (SELIC), utilizada pelas autoridades monetárias como instrumento de combate à inflação, sofreu forte redução ao longo do ano, partindo de 14,00% em 31 de dezembro de 2016 para 7,00% em 31 de dezembro de 2017, representando uma queda de 50% no período. A redução da SELIC estimula a produção, o consumo e, consequentemente, o emprego formal.

Na área normativa, a Lei nº 13.483/2017 criou a TLP – Taxa de Longo Prazo praticada nos financiamentos do BNDES, que deverá substituir a TJLP em 5 anos.

A inflação apurada pelo IPCA, registrou forte redução em 2017, situando-se em 2,95% contra 6,29% em 2016.

A taxa cambial correspondente ao dólar, apresentou leve alta no ano, situando-se em R\$ 3,3080 em 31 de dezembro de 2017, contra R\$ 3,2591 em 31 de dezembro de 2016.

O mercado de capitais registrou o melhor desempenho dos últimos quatro anos, sendo efetivadas 20 operações de ofertas públicas de ações, no montante de R\$ 21,8 bilhões e 10 de debêntures no valor de R\$ 6,4 bilhões, totalizando R\$ 28,2 bilhões. O índice BOVESPA alcançou valorização de 26,86% no ano, registrando 76.402 pontos em 31 de dezembro de 2017.

O Balanço Patrimonial da Companhia registra substancial aumento em seu Ativo Circulante e no Patrimônio Líquido no exercício, decorrente de aumento do Capital Social promovido em 2017, no montante de R\$ 200.000.000,00, homologado pela AGE de 15 de agosto daquele ano. O Capital Social, totalmente integralizado, passou para R\$ 210.200.000,00.

As Demonstrações do Resultado registram receita de R\$ 17 mil, enquanto que as despesas totalizaram R\$ 135 mil, destacando-se as despesas com Publicações no montante de R\$ 57 mil, Taxas e Emolumentos com R\$ 27 mil e Provisões com R\$ 23 mil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O Resultado do Exercício foi negativo da ordem de R\$ 118 mil, representando uma redução de 48,0% em relação ao registrado no exercício de 2016.

A liquidez financeira da Companhia assegura plenas condições de solvência de seus compromissos.

Pautada pela prudência a Companhia procede a atualização dos valores referentes às provisões para riscos.

Os Auditores Independentes contratados prestam unicamente serviços de auditoria contábil independente à Companhia.

Declaração da Diretoria: na forma do disposto no Art. 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, bem como concorda com a opinião expressa no parecer dos Auditores Independentes sobre as referidas Demonstrações.

Agradecemos o apoio recebido da Administração Pública do Estado, em especial da Secretaria da Fazenda, a confiança dos Senhores Acionistas e o empenho do Conselho Fiscal, que muito contribuíram para as atividades da Companhia no decorrer do exercício de 2017.

A Administração.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

1 Informações gerais

A Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP é uma sociedade de economia mista, supervisionada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre - RS. A Companhia tem como objetivo implementar ações que visem contribuir na administração da dívida pública do Estado, podendo, para tanto, emitir e colocar, no mercado, obrigações e adquirir, alienar e dar em garantia: ativos, créditos, precatórios, títulos e valores mobiliários.

As demonstrações financeiras foram liberadas pela Diretoria para exame da Auditoria em 05 de janeiro de 2018.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e as Normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Administração informa que a Companhia não possui nenhuma operação que possa ser caracterizada como instrumento financeiro derivativo ou operações de *hedge*, na forma do disposto na Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008.

Os instrumentos financeiros destinados a alcançar o objeto social da Companhia estão representados, substancialmente, por caixa e equivalentes de caixa e por créditos a receber. Em função das suas características, a

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

Administração da Companhia entende que os valores contábeis se situam em níveis líquidos de mercado.

2.4 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, com a probabilidade de que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da mesma possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, a estimativa de reembolso é reconhecida como um ativo em separado, mas apenas quando o valor for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.5 Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança. É provável que recursos financeiros futuros possam fluir para a Companhia, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das suas atividades.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2017, base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 22.801 (2016 - R\$ 22.392), e prejuízos fiscais, no montante de R\$ 22.801 (2016 - R\$ 22.392), sem prazo de prescrição, cujos créditos tributários, conservadoramente, não foram contabilizados, no montante de R\$ 7.752 (2016 - R\$ 7.613), uma vez que serão utilizados na proporção da geração futura de lucros tributáveis. A Companhia contabilizou créditos tributários decorrentes de adições temporárias compensáveis com lucros tributários futuros, no montante de R\$ 152 (2016 - R\$ 145).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bancos - conta movimento	33	46
Aplicações financeiras	<u>221.885</u>	<u>21.985</u>
	<u>221.918</u>	<u>22.031</u>

As aplicações financeiras referem-se a recursos disponibilizados ao Sistema Integrado de Administração de Caixa - SIAC, cuja remuneração tem, a partir de 1º de janeiro de 2005, o tratamento previsto no art. 1º do Decreto Estadual nº 38.113, de 22 de janeiro de 1998.

5 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, as transações com partes relacionadas estão representadas pelas aplicações financeiras, descritas na Nota 4.

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

6 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Por deliberação dos Órgãos da Administração da Companhia o Capital Social, em agosto de 2017, foi aumentado em R\$ 200.000.000,00, com a emissão privada de 62.350.262 de ações ordinárias, integralizadas em espécie. Em 31 de dezembro de 2017 o Capital está composto por 69.150.262 de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no Brasil.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76 e art. 20 do Estatuto Social.

(ii) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros está representada pelo saldo remanescente de lucro líquido, após as destinações legais e estatutárias.

(c) Apropriação do lucro líquido do exercício

De acordo com o estatuto da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, terá as seguintes destinações:

(i) 5% para constituição da Reserva legal, limitado a 20% do capital social; e

(ii) 25% será distribuído como dividendo mínimo obrigatório.

7 Remuneração dos administradores

Na forma do artigo 6º da Lei Estadual nº 10.600/95, de 26 de dezembro de 1995, e atendendo ao estabelecido pela Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, os Conselheiros e Diretores da Companhia são remunerados, simbolicamente, com a importância de R\$ 1,00 (um real), por reunião e por mês, respectivamente, uma vez que os trabalhos por eles desenvolvidos são considerados, por Lei, como de serviço público relevante.

8 Provisão para riscos fiscais

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016
Em milhares de reais

A Administração da Companhia tomou a decisão, conservadoramente, de constituir provisão para perda de processos administrativos perante a Delegacia da Receita Federal de Porto Alegre - RS, referente à Manifestação de Inconformidade em relação à compensação de créditos tributários, no valor de R\$ 306, em 31 de dezembro de 2017, (2016 - R\$ 292) e, frente à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, referente ao questionamento quanto à aplicação de multa cominatória por alegado atraso de envio de documentos, no montante de R\$ 143, em 31 de dezembro de 2017, (2016 - R\$ 134), estas com decisão favorável à Companhia em 1ª Instância, junto a Justiça Federal.

Notas Explicativas

Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A. - CADIP

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

9

Despesas gerais e administrativas

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia possuía registradas as seguintes despesas administrativas:

	2017	2016
Serviços de terceiros	29	139
Impostos taxas e emolumentos	27	9
Publicações	57	49
	113	197

* * *

Leonildo Migon
Presidente

Carlos Eduardo Provenzano
Diretor de Relações com Investidores

Olavo Cesar Dias Medeiros
Diretor Técnico

Paulo Cesar Santana Nunes
Contador
CRCRS 034346/0-4
CPF 139198490-00

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre as Projeções Empresariais

A Companhia não formulou projeções para o exercício de 2018.

Proposta de Orçamento de Capital

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL - 2018

Proposta de não elaboração do Orçamento de Capital pela Companhia para o exercício de 2018, conforme definido no inciso IV do art. 25 da Instrução CVM nº 480/09.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**Outras Informações Relevantes**

O Balanço Patrimonial da Companhia registra substancial aumento em seu Ativo Circulante e no Patrimônio Líquido no exercício, decorrente de aumento do Capital Social promovido em 2017, no montante de R\$ 200.000.000,00, homologado pela AGE de 15 de agosto de 2017. O Capital Social, totalmente integralizado, passou para R\$ 210.200.000,00.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Administradores e Acionistas da
CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP
Porto Alegre/RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

De acordo com o item 9 da NBC TA 701, o auditor deve determinar quais assuntos, entre aqueles comunicados aos responsáveis pela governança, exigiram atenção significativa na realização da auditoria. Para fazer tal determinação, o auditor deve levar em consideração o seguinte:

- a) áreas avaliadas como de maior risco de distorção relevante ou riscos significativos identificados, de acordo com a NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e do seu Ambiente;
- b) julgamentos significativos do auditor relativos às áreas das demonstrações contábeis que também envolveram julgamento significativo por parte da administração, inclusive estimativas contábeis identificadas que apresentam alta incerteza de estimativa;
- c) efeito sobre a auditoria de fatos ou transações significativos ocorridos durante o período.

Contudo, conforme item A59 da NBC TA 701, em alguns poucos casos (por exemplo, entidade com operações muito reduzidas), o auditor pode determinar que não há principais assuntos de auditoria de acordo com o item 10, porque nenhum assunto exigiu sua atenção significativa, foi o caso da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL S/A – CADIP, que no exercício de 2017 apresentou um número reduzidíssimo de operações.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, RS, 08 de janeiro de 2018.

EXACTO AUDITORIA S/S
CRC/RS 1.544

DANIEL EDUARDO RODRIGUES
CRC/RS 30.361

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual S.A.- CADIP, nos termos da lei e dos estatutos sociais, examinamos o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e demais demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2017, bem como a justificativa da não distribuição de dividendos referentes ao exercício de 2017 e da não elaboração de orçamento de capital para o exercício social de 2018, tendo presente ainda o Relatório dos Auditores Independentes, e entendemos, por unanimidade, que as referidas matérias estão em condições de serem aprovadas pelos Senhores Acionistas.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Os Diretores da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL – CADIP, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017, atestando que o conjunto de informações nelas contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da empresa.

Leonildo Migon

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Provenzano
Diretor de Relações com Investidores

Olavo Cesar Dias Medeiros
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da CAIXA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA ESTADUAL – CADIP, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes, relativas às Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2017.

Leonildo Migon
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Provenzano
Diretor de Relações com Investidores

Olavo Cesar Dias Medeiros
Diretor Técnico